

REVISTA JURÍDICA PORTUCALENSE N.º ESPECIAL

EDITORIAL

O presente número especial da Revista Jurídica Portucalense é consagrado inteiramente a problemáticas de Direito Fiscal e composto de uma Secção dedicada à Investigação Científica, com cinco artigos selecionados segundo as regras do processo de dupla revisão cega por pares, também conhecido como *double-blind peer review*.

O número inicia-se com um artigo de Ana Cláudia Sousa de Campos, que, sob o título **A relação de (in) segurança jurídica entre o Fisco X Contribuinte**, descreve a relação, que a Autora entende ser de grandes complexidade e insegurança, entre o Contribuinte e o Fisco brasileiros, e pugna por maior respeito pelo princípio da legalidade como forma de assegurar a previsibilidade.

Ainda no âmbito da legalidade, mas passando para o ordenamento jurídico nacional, **Beatriz Vasconcelos e Bruna Filipa Silva** criticam severamente a corrente jurisprudencial que atribui à citação para a execução fiscal um duplo efeito no prazo de prescrição, simultaneamente instantâneo, decorrente do artigo 49.º da LGT e 326.º, n.º 1, do CC, e duradouro, decorrente do artigo 327.º, n.º 1, do Código Civil. Perguntam, em consequência, se não estaremos diante de ***Dívidas fiscais eternas?***

João Ricardo Catarino e Diogo Ferraz prosseguem e, num artigo intitulado **Impostos extrafiscais ainda são imposto? Um excursão sobre a admissibilidade teórica da figura e seus limites**, estudam a possibilidade teórica, face às Constituições portuguesa e brasileira, da existência de impostos com finalidades puramente extrafiscais, concluindo que nada obsta a essa possibilidade, desde que verificados certos requisitos, e propõem critérios específicos de identificação e de controlo da respetiva legitimidade, partindo da sua estrutura impositiva.

José Casalta Nabais, escrevendo sobre **A centralidade do facto tributário e a sua limitada consideração na jurisprudência**, procura demonstrar a importância fundamental da centralidade do facto tributário nas relações do direito fiscal e localizar o facto tributário na constituição e desenvolvimento dessas relações. O Autor salienta a importância da distinção entre o facto tributário da responsabilidade do contribuinte, que gera o imposto e tem por suporte o direito constitucional, e o ato tributário da responsabilidade da administração, que administra o imposto e tem por suporte o direito administrativo, para, com base nessa centralidade, abordar a sua consideração limitada pela jurisprudência na consideração de impostos retroativos pelo Tribunal Constitucional e na admissão de atos tributários nulos pelo Supremo Tribunal Administrativo.

Mário Barata e Ângelo Abrunhosa fecham o número com o artigo intitulado **Impostos sobre Veículos Usados e o Primeiro Pedido de Reenvio Prejudicial do Tribunal Constitucional Português**, no qual comentam o primeiro pedido de reenvio prejudicial formulado pelo Tribunal Constitucional português e o caso que lhe deu origem, a interpretação a dar ao artigo 11º do Código do Imposto sobre Veículos, consideram a questão fiscal subjacente ao objeto do recurso que deu entrada no Tribunal Constitucional e tecem algumas considerações em torno dos impactos da decisão de suspender a instância e formular o pedido de reenvio prejudicial ao Tribunal de Justiça da União Europeia, que se prendem com a cooperação judicial, a legitimidade, a interpretação a dar a diversas normas dos Tratados Europeus e a alteração legislativa que foi introduzida pela última Lei do Orçamento de Estado.

Como sempre, estamos reconhecidamente gratos à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

A Editora-Adjunta
Eva Dias Costa

REVISTA JURÍDICA PORTUCALENSE - SPECIAL ISSUE – TAX LAW

EDITORIAL

This special issue of the Portucalense Law Review is entirely devoted to issues of Tax Law. It comprises a Section dedicated to Scientific Research, with five articles selected according to the double-blind peer-review process rules, also known as *double-blind peer review*.

The issue begins with an article by **Ana Cláudia Sousa de Campos**, which, under the title **The relationship of legal (in) security between the Tax Authorities X Taxpayer**, describes the relationship between the Brazilian Taxpayer and Tax Authorities. The author believes it to be one of great complexity and insecurity and strives for greater respect for the principle of legality to ensure predictability.

Still within the scope of legality, but moving to the Portuguese legal system, **Beatriz Vasconcelos** and **Bruna Filipa Silva** severely criticize the jurisprudential current that attributes to the summons for tax execution a double effect in the limitation period, simultaneously instantaneous, resulting from article 49. of the LGT and 326, no. 1, of the CC, and lasting, resulting from article 327, no. 1, of the Civil Code. They ask, therefore, if we are not facing **Eternal tax debts?**

João Ricardo Catarino and **Diogo Ferraz** continue and, in an article entitled **Are extra found raising proposes taxes still taxes? An excursion on the theoretical admissibility of the figure and its limits**, study the theoretical possibility, in view of the Portuguese and Brazilian Constitutions, of the existence of taxes with purely extra fiscal purposes, concluding that nothing prevents this possibility, provided that certain requirements are met, and propose criteria specific identification and control of their legitimacy, based on their tax structure.

José Casalta Nabais, writing about **The centrality of the tax fact and its limited consideration in the judicial decisions**, seeks to demonstrate the fundamental importance of the centrality of the tax fact in the relations of tax law and locate the tax fact in the constitution and development of these relations. The author emphasizes the importance of distinguishing between the tax fact or event - the one for which the taxpayer is responsible, which generates the tax and is supported by constitutional law - and the tax act - which is the responsibility of the administration and is supported by administrative law. Given the centrality of the tax fact or event, the author wonders at its little consideration by the jurisprudence of the Constitutional Court, in light of retroactive taxes, and at the admission of null tax acts by the Supreme Administrative Court.

Mário Barata and **Ângelo Abrunhosa** close this special issue with an article entitled **Automobile Taxes on Used Cars and the Portuguese Constitutional Court's First Preliminary Request**. They comment on the first request for a preliminary ruling made by the Portuguese Constitutional Court to the European Court of Law and on the case that gave rise to it, the interpretation of article 11 of the Portuguese Vehicle Tax Code. The authors examine the object of the appeal and consider the impacts of the decision to suspend the proceedings, and formulate the request for a preliminary ruling. These impacts relate primarily to judicial cooperation, legitimacy, the European Treaties' interpretation, and the legislative amendment introduced by the most recent State Budget Bill.

We are, as always, indebted to the Foundation for Science and Technology for their support.

The Assistant Editor,

Eva Dias Costa

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt